



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GHEYSA KARELINNE DE SOUSA ROCHA

**CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO DO
CEMAR NA CIDADE DE POMBAL-PB**

**SOUSA - PB
2008**

GHEYSA KARELINNE DE SOUSA ROCHA

**CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO DO
CEMAR NA CIDADE DE POMBAL-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Professora Esp. Nadflânia Duarte Meira.

**SOUSA - PB
2008**

GHEYSA KARELINNE DE SOUSA ROCHA

**Contabilidade como Instrumento de Gestão para Entidades do Terceiro setor:
Um Estudo de Caso do CEMAR na Cidade de Pombal – PB**

Monografia apresentada e aprovada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Pro^a.Esp. Nadflânia Duarte Meira
(Orientadora)

Pro^aThayseane de Freitas Rêgo
Examinador

Pro^o.MS.Luis Gustavo de Sena B. Pessoa
Examinador

**Sousa
2008**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido trabalho de conclusão do curso, intitulado Contabilidade como Instrumento de Gestão para Entidades do Terceiro Setor: Um estudo de caso do CEMAR na cidade de Pombal – PB, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa (PB), 08 de Dezembro de 2008.

Gheysa Karelinne de Sousa Rocha
Orientando

A Jesus Cristo

Mestre maior, amigo fiel e companheiro de todas as horas. Influenciador de discernimento deste trabalho, a ti ofereço minha gratidão e amor.

A Maria Ernestina (Em memória)

Dedico-te pelos ensinamentos de vida, coragem, persistência que mostrastes diante dos obstáculos encontrados na vida e pelo amor que sempre tivês para comigo.

À Titia Cessinha

Pelo seu amor incondicional, torna-se diferente das demais. Uma verdadeira dádiva de Deus presente na minha vida.

Aos meu pais

Francisco Rocha de Sousa e Geralda Augusta de Sousa Rocha pelo amor, compreensão, doação que sempre encontrei na simplicidade no nosso lar.

Paulo Ricardo

Pelo carinho e amor que encontrei em seu coração. Agradeço a Deus por você fazer parte da alegria da minha vida e comigo buscar sonhos e ideais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus o dom da vida, a sabedoria, a persistência, a saúde que a mim foi concedida para a realização deste objetivo de vida.

A UFCG pelo acolhimento e atenção recebida por esta instituição.

Aos professores sou grata, pelos esforços e dedicação em passar seus conhecimentos para a construção de profissionais capacitados.

A querida orientadora Nadflânia Duarte Meira, pela atenção e paciência durante este período.

A amiga Elizângela Garcia de Lima, pela de amizade que construímos nessa jornada, que sem dúvida, será lembrada com saudades os momentos vividos no decorrer do curso.

Aos responsáveis pelo CEMAR pelo acolhimento, atenção e pela importante contribuição para a elaboração deste trabalho.

A todos que de forma direta ou indireta deram o seu apoio e incentivo durante esse período complexo.

"Simplicidade é um conceito que nos remete ao estado mais puro da realidade. A semente é simples porque não se perde na tentativa de ser outra coisa. É o que é. Não desperdiça seu tempo querendo ser flor antes da hora.

(PE. Fábio de Melo)

RESUMO

Observa-se atualmente, o crescimento das entidades civis, ou mesmo, entidades pertencentes ao Terceiro Setor. Evidenciando as grandes transformações de cunho cultural e econômico sofridas pela sociedade no mundo globalizado. Dessa maneira, O Terceiro Setor acompanha essas mudanças impostas pela nova realidade social no qual está inserida, buscando a erradicação da desigualdade social através de boas iniciativas, tornando-se um dos mais conhecidos, atuantes e influenciador de desenvolvimento econômico. Sob essa ótica, torna-se importante destacar a relevância da evidenciação contábil no processo de gestão para esse setor. O trabalho, teve como objetivo identificar de que forma as informações contábeis contribuem no processo de gestão, da entidade filantrópica, Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva, localizado na cidade de Pombal- PB. Objetivando uma melhor compreensão do estudo em questão, realizou-se uma pesquisa caracterizada como bibliográfica e descritiva, de natureza qualitativa, mediante um estudo de caso, dividido em duas partes: uma entrevista na entidade e um questionário semi-estruturado com o contabilista. Os resultados da pesquisa mostraram, no tocante ao auxílio da tomada de decisão, que há pouco uso das informações contábeis para o gerenciamento das atividades e à necessidade da adoção de técnicas contábeis que facilitem a compreensão dos dados para os usuários e dos demais interessados. Observou-se também que o nível de evidenciação contábil, ainda pode ser considerado pequeno, visto que, a entidade não se apresenta a sociedade, no que se refere, ao número de beneficiados, bem como a importância da entidade para a comunidade pombalense, porque a mesma não elabora e não divulga o Balanço Social.

Palavras Chave: Globalização, Terceiro Setor, Informação.

ABSTRACT

It is observed actually the growth of the civil entities now, or even, entities belonging to the third section. Enclosing the great transformation of cultural and economical stamp suffered by the society in the totalized world of that it sorts out the third section accompanies those changes imposed by the new social reality in which is insert, looking for the eradication of social inequality though good initiates, becoming one of the more acquaintances, active and that it gives influence of economical development. Under that opties, it becomes important to detach the relevance of the conviction accounting in the administration process for that section. The work had as objective indentifies that it forms the accounting information contribute in the process of administration of the entity philanthopie Center of Integral Education Margarida Pereira da Silva, located in the city of Pombal – Pb. Aiming at a better understanding of the study in subject, it took place a research characterized as bibliographical and descriptive, of qualitative nature, by a case study, divided in two parts: an interview in the entity and a questionnaire semi-structured with the accountant. The result of the research showed concerning the aid in the socket of decision, that there is little use of the accounting information for the administration of the activities and the need of the adoption of accounting techniques that facilitate the understanding of the data for the users and too much interested parties, it was also observed that at fevel of explicitness accounting it can still be considered small because the entity doesn't in what she relers to the importance of the entity for pombalense community because the same doesn't elaborate nor publishes the Social Swinging.

Key Word: Totalisation, Third Section, Information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Caracterização dos setores econômicos	25
Quadro 2 Contribuições, auxílios e doações na entidade recebedora.....	34
Quadro 3 Captação de recursos do CEMAR.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Recursos humanos (relação empregatícia).....	26
Gráfico 2: Ano do registro legal.....	28
Gráfico 3: Origem dos recursos.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1.4.1 Quanto aos Fins.....	18
1.4.2 Quanto à abordagem do problema	18
1.4.3 Quanto aos Meios.....	19
1.4.4 Quanto ao Universo.....	19
2 O PROPÓSITO DA CONTABILIDADE	20
2.1 CONTABILIDADE - CONCEITOS	20
2.2 A CONTABILIDADE E O TERCEIRO SETOR	21
3 TERCEIRO SETOR - CONTEXTUALIZAÇÃO	23
3.1 TERCEIRO SETOR – CONCEITO.....	23
3.2 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.....	25
3.3 DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO AO TERCEIRO SETOR.....	29
3.4 FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	31
3.4.1 Contribuições:.....	32
3.4.2 Subvenções.....	32
3.4.3 Doações.....	33
4 A IMPORTÂNCIA DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL PARA O TERCEIRO SETOR	35
4.1 - DISCLOSURE CONTÁBIL	35
4.2 ACCOUNTABILITY.....	36
4.2.1 A Quem evidenciar?.....	37
4.2.2 O que evidenciar?.....	38
4.2.3 Como evidenciar?.....	39
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR	40
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	40
5.2 DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT	41
5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	42
5.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC.....	42
5.5 NOTAS EXPLICATIVAS	43
5.6 RELATÓRIO DA DIRETORIA	43
5.7 BALANÇO SOCIAL.....	44
6 ESTUDO DE CASO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL “MARGARIDA PEREIRA DA SILVA”	46
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	46
6.2 - MISSÃO DO CEMAR	47
6.3 Os MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	47
6.4 AS FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DO CEMAR.....	50
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

Conforme Cappellazzi (2005), existem atualmente três setores econômicos responsáveis pelo desenvolvimento do país, são assim representados: o primeiro setor é caracterizado pelo poder Estatal, ou mesmo, pelo governo; por aqueles detentores do poder cuja função é estritamente pública. O segundo setor é formado pela classe privada assim definidos como empresários, sócios, acionistas que objetivam o lucro em seus empreendimentos, conforme O Terceiro Setor é formado por entidades de caráter privado com destinação pública que agem sem intenção de lucro, visando o bem estar da sociedade diante da incapacidade do Estado.

Observa-se atualmente a presença acentuada do Terceiro Setor nas questões sociais e na economia, diante disso, o campo de estudo que trata este trabalho faz uma menção ao referido setor, por ser influenciador de desenvolvimento social e uma nova área de atuação para os profissionais contábeis.

Segundo Coelho (2002), em meados do século XX, mais precisamente na década de sessenta, surge o Terceiro Setor. Este veio com o propósito de resgatar a insuficiência do Estado no que tange a questão social com promessas de renascer a solidariedade, o Estado-público acessível a todos e com ele trazer a erradicação da pobreza, o incentivo a educação, boas oportunidades de emprego.

O Terceiro Setor busca trabalhar a escassez de oportunidades e de assistência ao carente através da iniciativa de um grupo de pessoas voluntariadas ou não que faz a diferença. Estudos científicos afirmam que, o Terceiro Setor em todo o mundo vem crescendo aceleradamente, uma posição positiva uma vez que essas entidades têm influência dominante no crescimento econômico de países subdesenvolvidos a exemplo do Brasil. O caráter dessas entidades teve seu auge a partir do momento que a população tomou conhecimento da insuficiência do governo ao tratar das questões sociais, a exemplo da saúde e educação, moradia, previdência e assistência social dentre outros benefícios sociais assegurados por lei.

A contabilidade tem sua representatividade positiva para o desenvolvimento e permanência dessas entidades, uma vez que a ciência contábil desde sua aparição, de forma rudimentar, até sua evolução e modernização apresentada atualmente nos dá subsídios necessários e indispensáveis para o bom desempenho das entidades pertencentes ao Terceiro Setor. Diante disso, pode-se dizer que além dos atos propriamente ditos, há ainda a necessidade

de transparência das respectivas informações, ou seja, dispor para a sociedade e interessados todas as contas da respectiva entidade. Para as entidades do Terceiro Setor, evidenciar informação é imprescindível para a aquisição da sustentabilidade, uma vez que esse fator relaciona-se com a sua permanência no mercado pondo em pratica os objetivos estabelecidos em sua missão.

Por sua vez, será abordada a contabilidade e seus mecanismos relevantes para o desenvolvimento do Terceiro Setor, bem como a sua definição e a interligação com a contabilidade quanto à adoção de suas práticas no processo de gestão dessas entidades, bem como apresenta conceitos de disclosure contábil e seus benefícios para essas entidades. Um terceiro momento pauta-se no estudo de caso realizado no CEMAR com a aplicação de um questionário e uma entrevista que nos trouxe fundamentos práticos a respeito da temática que trata o presente.

1.1 Tema e Problema

No Brasil tem se observado o crescimento das entidades civis, ou mesmo, entidades pertencentes ao Terceiro Setor. Evidenciando as grandes transformações de cunho cultural e econômico sofridas pela sociedade no mundo globalizado. Este setor surgiu da necessidade de suprir as lacunas deixadas pelo Estado, como assim explicita Ramos (2003) ao enfatizar que “[...] as funções ditas sociais do Estado foram sendo transferidas ao setor privado. A assistência médica, a previdência social, a educação, a cultura, a assistência social às camadas mais pobres [...]”.

Essas entidades têm grande repercução no Brasil e no mundo, por serem geradores de grande parte dos empregos conquistados no país além de gerar recursos permanentes, sendo de significativa importância para o desenvolvimento do Brasil.

O que se observa em relação a entidades desse porte é a não obrigatoriedade da divulgação de seus demonstrativos, o que prejudica a aquisição da sustentabilidade dessas entidades além de dificultar a conquista de novos doadores sociais (pessoas interessadas em investir). Outro fator relevante é a ausência de conhecimento das melhores técnicas contábeis para essas empresas, segundo Bettiol Junior (2005, p.16):

[...] o benefício obtido pelos indivíduos por meios dos serviços prestadores por essas entidades [...] chamam cada vez mais a atenção dos doadores de recursos e da sociedade [...], portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável.

As entidades do Terceiro Setor buscam trazer benefícios para a comunidade, e dos seus colaboradores surge a necessidade de conhecimento de como o processo de gestão está sendo realizado e se está gerando os efeitos que delas se esperam além da proveniência dos recursos. Cruz (2002) ressalta ao defender que “deve-se demonstrar não apenas de onde vieram os recursos, mas também, como o dinheiro foi aplicado, qual benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas”.

Tais práticas necessárias e importantes para colaboradores e a sociedade retratam, na realidade, a idoneidade das entidades visto que serão postos à disposição de toda a comunidade os atos da instituição e a sua preocupação em demonstrar a transparência das informações.

O Terceiro Setor segundo Vilanova (2004, p.32) “é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público cujos resultados alcançados se reverterem à própria sociedade”. Porém, apesar da relevância do Terceiro Setor para o desenvolvimento econômico e social é notório que os problemas sofridos por essas entidades representa uma das causas relacionadas à falta de recursos financeiros, e pouca ou quase nenhuma transparência na divulgação de informações. Campos (2003, p.27) ratifica este pensamento ao afirmar que:

Na medida que a contabilidade suprir as organizações do Terceiro Setor [...] e proporcionara clareza dos números para o público externo, serão possíveis prestações de contas que estimulam a entrada de mais recursos e a sustentabilidade daquela entidades ao longo do tempo.

A contabilidade, instrumento de gerenciamento para qualquer entidade, é uma ferramenta importante e necessita de atenção por parte dos profissionais contábeis para a elucidação dos atos e fatos neles descritos. Para o Terceiro Setor a facilitação dos demonstrativos contábeis traz benefícios ao estimular interessados e a comunidade a investir, a incentivar e apoiar a entidade no cumprimento da sua ação social.

Em face ao exposto, suscitou-se o interesse em responder a seguinte questão-problema: De que forma as informações contábeis, contribuem no processo de gestão do Centro de Educação Integral “Margarida pereira da Silva” (CEMAR)?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar de que forma o processo de evidenciação contábil contribui no processo de gestão do CEMAR

1.2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar a importância do Terceiro Setor na sociedade brasileira;
- Verificar qual o nível de evidenciação contábil do CEMAR;
- Demonstrar a importância da transparência das informações para as entidades do Terceiro Setor alcançar a sustentabilidade;
- Apresentar os mecanismos de captação de recursos do CEMAR e sua respectiva aplicação.

1.3 Justificativa

A contabilidade como ciência social aplicada acompanha o desenvolvimento da humanidade, o progresso econômico e financeiro do país e fornece ferramentas para ser utilizado de forma a auxiliar o crescimento das entidades em geral no mundo globalizado de hoje. Dessa maneira Franco (1999, p.22) relata que a função da contabilidade é:

Controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos neles ocorridos, objetivando fornecer informações e orientações necessárias a tomada de decisão sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Ainda de acordo com Franco (1999) a contabilidade é essencial em todas as entidades, estejam inseridas em qualquer um dos setores, e sem ela não se pode ter controle e nem

tão pouco adquirir a confiabilidade daqueles que desejam ingressar nessas instituições (acionistas, doadores, comunidade em geral).

O Terceiro Setor acompanha essas mudanças impostas pela nova realidade social no qual está inserida, buscando a erradicação da desigualdade social através de boas iniciativas, tornando-se um dos mais conhecidos, atuantes e influenciador do desenvolvimento econômico do país.

A evidenciação em entidades sem fins lucrativos caracteriza-se como uma ferramenta essencial para a conquista da sua sustentabilidade, uma vez que a sociedade tem que se fazer presente nos atos destas, bem como identificar a forma de captação de recursos.

Para tanto a presente pesquisa terá o CEMAR como objeto de estudo, uma entidade de caráter filantrópico com atividades assistenciais voltadas a crianças e ao adolescente carente no combate preventivo à marginalidade. A mesma busca acompanhar crianças e adolescentes até a sua formação profissional, contribuindo assim no desenvolvimento sócio-educativo a exemplo de oficinas de danças, percussão, esporte, complementação escolar e teatro, tornando-os agentes de sua própria história. O CEMAR proporciona à comunidade programas de formação educacional, de qualificação social e profissional, incentivando para a geração de emprego e renda para aqueles que procuram oportunidades no mercado.

Nesse sentido, a escolha do CEMAR como objeto de estudo consiste na relevância desta entidade no desenvolvimento cultural, educacional, econômico e social de Pombal, sendo uma entidade atuante e influenciadora do desenvolvimento local.

No entanto, grandes são os desafios encontrados por entidades do Terceiro Setor, e a aquisição de sua sustentabilidade é uma delas, conseqüência esta oriunda de vários fatores entre os quais a ausência de informações contábeis e a transparência das mesmas.

A relevância desse estudo justifica-se por se tratar de um tema relativamente novo na atuação contábil, que ainda necessita da contribuição de pesquisas que possam cooperar para um maior entendimento no que se refere a conceitos, evidenciação contábil, processo de gestão, sustentabilidade das entidades do Terceiro Setor mais especificadamente do CEMAR, por sua importância junto à comunidade pombalense, que atualmente apresenta 31.524 habitantes estimados IBGE (2007), de forma que a entidade beneficiou em média 16.000 crianças e adolescentes carentes da região segundo a diretoria do CEMAR, no transcorrer de vinte e dois anos de história.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Quanto aos Fins

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, conforme trata Souza, Fialho e Otani (2007, p.37): "Objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência em aplicações previstas. Envolve verdades e interesses universais."

A premissa essencial é contribuição para o crescimento e geração de conhecimento quanto às formas de evidenciação contábil destinadas a entidades do Terceiro Setor de forma a provar o uso adequado delas e sua respectiva transparência, que pode influenciar positivamente no desenvolvimento dessas entidades.

1.4.2 Quanto à abordagem do problema

Para a realização do presente estudo fez-se necessário utilizar o método indutivo, pois segundo Souza, Fialho e Otani (2007) consideram que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios pré-estabelecidos, haja vista que deriva de observação de casos da realidade concreta.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por apresentar dados úteis para a tomada de decisão e com o nível de detalhamento necessário para auxiliar os interessados no processo decisório.

A pesquisa trata de um estudo descritivo, como bem define Andrade e GIL (2002), destacando que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles, além de demonstrar características de relações entre variáveis, requisitos estes conquistados através de coletas de dados, questionários e observações sistemáticas.

Ratifica-se, portanto a relevância do uso da pesquisa descritiva neste trabalho uma vez que são demonstradas as formas de evidenciação contábil destinadas a entidades de Terceiro Setor com o intuito de auxiliar na gestão das mesmas e focar a contabilidade como ferramenta útil e indispensável para o desenvolvimento e sustentabilidade de entidades dessa natureza.

1.4.3 Quanto aos Meios

O presente trabalho caracteriza-se como estudo de natureza bibliográfica através de um estudo de caso, porque trata de um estudo aprofundado de um caso específico e relevante, que permita um amplo e detalhado conhecimento através do processo de análise e interpretações, referências estas encontradas e ratificadas no pensamento de Souza, Fialho e Otani (2007).

Por sua vez, ao conceituar pesquisa como bibliográfica observa-se a obtenção de dados através de fontes secundárias, em que se utiliza de fontes de coleta de dados baseados em materiais publicados, como livros, periódicos científicos, revistas, jornais, teses, dissertações.

1.4.4 Quanto ao Universo

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, para isso, terá como objeto de estudo o Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva (CEMAR) com o propósito de avaliar as formas de captação de recursos e o nível de evidenciação contábil dessa entidade. Para tanto, faz-se proceder com a coleta de dados que seguirá um roteiro de entrevista estruturada em um primeiro momento e um questionário aplicado na seguinte ordem:

- A) O escritório de contabilidade através do contabilista responsável com a aplicação do questionário;
- B) O setor administrativo da organização, nas pessoas dos diretores, conselheiros e assessores com o roteiro de entrevista.

2 O PROPÓSITO DA CONTABILIDADE

2.1 Contabilidade - Conceitos

A contabilidade é instrumento que fornece informações relevantes para o desenvolvimento das organizações, assim Peyon (2004, p. 36) define o surgimento ciência :

O surgimento da contabilidade é tão antigo quanto o aparecimento do homem. Portanto a de convir que a ciência contábil acompanha essa trajetória do desenvolvimento social, econômico, cultural da humanidade. Dessa maneira, a contabilidade é um sistema de informação e avaliações para prover usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira e de produtividade.

Pode-se observar a partir do conceito acima elaborado, que a contabilidade desde os primórdios da humanidade, ultrapassa o sec. XX e chega ao XXI sob fortes indícios de que os usuários exigem cada vez mais informações precisas e concisas através dos demonstrativos e análises econômicas e financeiras como subsídios que os levem às decisões positivas,

Iudícibus (2006, p.25) confirma que a contabilidade: "pode ser resumida no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais". Propiciar decisões racionais como bem explicitou o autor, nos revela ou nos faz indagar que tipo de informação deve ser prestado e que quantidade de informação deve ser dada para alcançar os objetivos traçados pela empresa, dessa maneira o Comitê de Padrões Contábeis Internacionais (IASB, apud Hendriksen e Breda, 1999) define que as demonstrações financeiras devem ser claras e compreensíveis e seguindo esse raciocínio complementam ainda Hendriksen e Breda (1999), afirmando que as demonstrações devem ser justas, adequadas e completas. Justa porque deve seguir padrões éticos ao informar; adequada porque deve conter um volume necessário de informação para o gerenciamento e a tomada de decisão e ainda com a pretensão de não ser enganosa e completa, porque inclui todas as informações, isso refere-se à inclusão de informações relevantes ou não, sendo considerada inconveniente com o objetivo da contabilidade, pois aglomera um número excessivo de informações tornando-as complexas e de difícil acesso.

No entanto, é positivo demonstrar informações que auxiliem na gestão da melhor forma possível, ou seja, elucidar com clareza e objetividade os dados relevantes para a escolha dos melhores meios de gestão. Já que como explica Peters (2004, p.7) que "a contabilidade

busca, probabilisticamente, minorar o grau de incerteza em relação à tomada de decisões, por meio de um sistema informacional que dá qualidade racional à tomada de decisões”.

É evidente a relevância da informação contábil para acionistas, credores, administradores, governo, entidades fiscais, entidades privadas e para o Terceiro Setor, uma vez que, a contabilidade tem por objetivo a guarda e o controle patrimonial, isso implica o controle efetivo das riquezas produzidas e o efetivo cumprimento das obrigações para com terceiros. Portanto, as informações oriundas da contabilidade devem proporcionar aos seus usuários a segurança suficiente para resguardar as suas decisões.

2.2 A Contabilidade e o Terceiro Setor

Pode-se observar que a contabilidade surgiu da necessidade do homem em controlar seu patrimônio, suas riquezas, suas obrigações. Fato este evidenciado ainda nos primórdios da humanidade e de forma rudimentar, ao passar dos séculos aprimorou-se o fato e as maneiras de se contabilizar.

Seguindo essa ótica Franco (1999, p.22) conceitua a função da contabilidade como sendo:

Controle dos fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos neles ocorridos, objetivando fornecer informações e orientações necessárias à tomada de decisões sobre sua composição e variações, bem como sobre os resultados econômicos decorrentes da gestão da riqueza patrimonial.

Dessa maneira, a necessidade de controle desse novo setor cresce a passos largos na medida que, a sociedade está tomando conhecimento da sua influência na economia do país e para que esse controle seja efetivado CFC (2003), editou algumas normas para serem aplicadas a estas entidades em aspectos técnicos. A norma responsável por entidades sem fins lucrativas é determinada por:

A) NBCT 10 – Dos aspectos contábeis em entidades diversas:

NBCT 10.4 – Fundações;

NBCT 10.18 – Entidades sindicais e associações;

NBCT 10.19 – Entidades sem finalidade de lucro.

Portanto, essas normas regulam o comportamento destas entidades e traça o perfil contábil de cada uma e no contexto de tais obras pressupõem-se que as entidades pertencentes ao Terceiro Setor, possuem sua contabilização semelhante às entidades privadas ou estatais seguidas pela lei 6.404/76, o que diverge, no entanto é a forma de classificação no plano de contas, ou seja, a classificação da nomenclatura. Assim o CFC (BRASIL, NBCT 10.19.1.5 e NBCT 10.19.1.6, 2003) afirmam que:

Essas entidades constituídas sob a forma de fundações públicas ou privadas, ou sociedades civis nas categorias de entidades sindicais, culturais, associações de classe, partidos políticos... aplicam-se os princípios fundamentais de contabilidade, bem como as normas brasileiras de contabilidade...

A lei define que a contabilização é a mesma, porém o registro contábil é diferente, a exemplo da conta patrimônio líquido, que é designado patrimônio social e o lucro é superávit, o prejuízo déficit, os mesmos devem ser revertidos para o próprio desenvolvimento da entidade. A maneira de interpretar o resultado positivo em entidades sem fins lucrativos diverge das demais, ou seja, para as empresas comuns o lucro quanto maior melhor representa a situação dela, para o Terceiro Setor um superávit alto é sinônimo que a entidade não está investindo adequadamente no desenvolvimento da mesma.

Em relação a demonstrações contábeis a NBCT 10.19.3.1 define que as mesmas devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucro, seguindo os critérios exigidos nas demais entidades. É importante ressaltar que inexistente uma lei específica que trate das entidades sem fins lucrativos e de suas peculiaridades, fato este que influencia negativamente no incentivo e uma obrigatoriedade de maior transparência nas informações em entidades desse caráter.

Destarte, a contabilização realizada hoje nas entidades de Terceiro Setor seguem o mesmo padrão das entidades com finalidade de lucro, o que existe são mudanças de títulos porém, a forma de contabilizar é a mesma com os ajustes trazidos pelas normas brasileiras de contabilidade cujo objetivo é ajustar as mudanças a exemplo das nomenclaturas adequadas quanto às movimentações existentes no Terceiro Setor.

3 TERCEIRO SETOR - CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Terceiro Setor – Conceito

Para entender efetivamente o significado do Terceiro Setor, é mister reportamo-nos ao conceito dos demais setores existentes no Brasil.

O primeiro setor, pode-se dizer, que é constituído por entidades de caráter público, mais especificadamente é representado pelo poder do Estado, ou mesmo, o governo. Coelho (2002, p.39) acrescenta ainda: “distingue-se, sobretudo, pelo fato de legitimar e organizar suas ações por meio de poderes coercitivos. Tem sua atuação limitada e regulada por um arcabouço legal, fato esse que torna sua atuação previsível a todos os autores da sociedade”.

Por sua vez, as ações do primeiro setor são estabelecidas mediante leis que as definem através de seus planejamentos, que precisam ser legítimas para obterem a aprovação. O Segundo setor é composto por entidades privadas de caráter individual ou não e com finalidade de lucro e interesse meramente individual, ou seja, destinado para seus acionistas, empresários, sócios.

O Terceiro Setor não se distancia dos propósitos das entidades acima descritas, Capellazzi (2005, p.02) distingue os setores e confirma que:

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais, de interesse coletivo ou público. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões de interesse individuais ou privados. O Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamental que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Ao retratar as diferenças marcantes entre os setores, o autor enfatiza que o Terceiro Setor possui características advindas do primeiro setor (o caráter público) e do segundo setor (caráter privado), sendo ele interceptor por possuir natureza privada com caráter público. Isso significa que tais entidades podem atuar junto à iniciativa privada, ou seja, exigindo pagamentos pelos serviços prestados, porém a destinação dessa captação de recursos deve ser reinvestida na própria entidade, permitindo assim que não se perca a característica de entidade sem fim lucrativo. Assim Cardoso (2003, p.34) ratifica essa lógica afirmando que o Terceiro Setor é o conjunto de:

(...) todas as organizações privadas, sem fins lucrativos, recebedores ou não de recursos, que atendem a um grupo restrito ou a coletividade, visando o bem estar social, podendo cobrar por seus serviços ou produtos, desde que reinvestam seus resultados na própria entidade, sem perder suas características.

Com isso é evidente a relevância do referido setor na economia do país. Entidades desta natureza buscam auxiliar na geração de emprego, suprimindo as lacunas deixadas pelo Estado e trazendo consigo benefícios para aqueles que necessitam.

As características próprias do Terceiro Setor são elencadas pelo CFC (2003 p.23) da seguinte forma:

- Promoção de ações voltadas para o bem estar comum da coletividade;
- Manutenção de finalidades não lucrativas;
- Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associações e fundações);
- Atividades financiada por subvenção do primeiro setor (governamental) e doações do segundo setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- Aplicação de resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do estado.

As características expostas retratam que o Terceiro Setor caracteriza-se como uma entidade que possui personalidade jurídica com o propósito de trazer benefícios à coletividade, podendo exigir pagamentos pelos serviços ou produtos desde que seja revertido em forma de acréscimos para a instituição.

Diante do exposto é conveniente agruparmos os setores sob a seguinte ótica:

Quadro 1
Caracterização dos Setores Econômicos

PRIMEIRO SETOR	SEGUNDO SETOR	TERCEIRO SETOR
Estado/governo	Mercado/Empresas	ONGS
Entidades públicas	Entidades privadas	Entidades privadas
Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Órgãos públicos	Empresário/sociedade	Associação/Fundação
a) Organizações de economia mista da administração pública indireta	a) Empresários b) Sociedades personificadas ou não personificadas c) Sociedades simples ou empresariais.	a) Fins privados com interesse coletivo de grupo sociais restritos. b) Fins públicos com interesse geral de toda a população.

Fonte: Adaptado de acordo com Peyron (2004, p.12)

As divisões vistas acima definem o primeiro setor direcionado pela intervenção do Governo e com ele incluem as entidades participantes da administração direta e indireta, a exemplo das autarquias, as sociedades mistas, as organizações de fins meramente públicos. O segundo setor é composto por empresas privadas com fins lucrativos compostas por empresários, sociedades legalmente constituídas (personificadas) a exemplo de comandita simples, sociedade por ações, em nome coletivo dentre outras ou não personificada que é justamente oposto daquela, ou seja, sociedades que não possuem registro, inscrição, já o Terceiro Setor é composto por entidades privadas sem fins lucrativos cujo interesse pode ser destinado a toda comunidade ou a um grupo.

3.2 Surgimento do Terceiro Setor no Brasil

No Brasil, os primeiros registros surgiram ainda no século XVII de forma rudimentar através de incentivos a caridade, a filantropia, os dízimos nas igrejas cujo objetivo era o bem comum daqueles que mais necessitavam de ajuda. O movimento intensificou-se no Brasil no século XX, ainda no período da ditadura militar, marcados pelos movimentos sociais da época, enfraquecimento do setor público e como consequência a redução de recurso. (Olak, 2000).

Enfatiza Cardoso e Lima (2003) ao acrescentar ainda que o Terceiro Setor surgiu por volta da década de 70 e ganhou maiores destaques no Brasil a partir da década de 90, com a reforma administrativa do Estado que, por sua vez, transfere a responsabilidade ao Terceiro Setor. E como consequência advinda desses atos, crescem aceleradamente as entidades de caráter privado sem fins lucrativos, ou mesmo, entidades cujo objetivo é o bem da coletividade.

Contudo, Pereira (2006) enfatiza o Terceiro Setor como sendo:

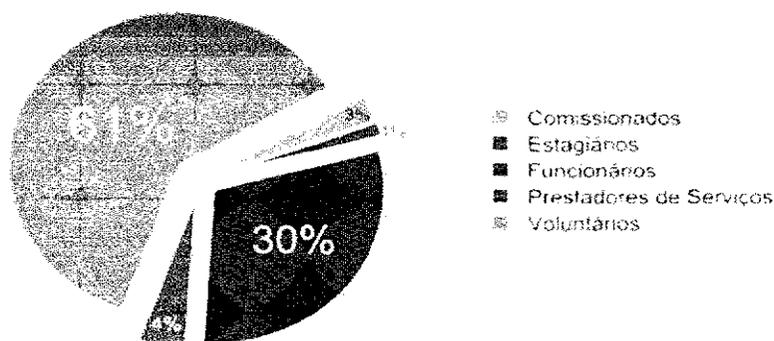
“Uma consequência da revolução nos papéis sociais tradicionais, em que a sociedade torna-se mais participativa da realidade cotidiana, não deixando apenas a cargo do Estado o trabalho voltado para garantir o bem-estar das pessoas.”

O surgimento das entidades de caráter privado, porém, de finalidade pública contrapõem a cultura social de algumas décadas atrás que esperavam pelo Poder Público para suprir as necessidades, diferentemente do que acontece depois da criação e ampliação das responsabilidades sociais das entidades do Terceiro Setor que possibilita a comunidade em geral um maior envolvimento com as atividades, sem listar os benefícios trazidos para a economia do país, a exemplo da criação de empregos e renda.

Nesse sentido, o gráfico 1 demonstra nitidamente o número de entidades do Terceiro Setor cadastradas e a sua influência na geração de emprego e renda.

O referido gráfico apresenta cinco caracterizações para a realização das atividades envolvidas podendo ser tipificadas em estágios, trabalho voluntariado, empregados, prestadores de serviço, comissionados e contratados:

Gráfico 1 - Recursos humanos (Relação Emprego/Renda)



Fonte: Adaptado conforme o Mapa do Terceiro Setor- ano 2005

Diante do exposto compreende-se que em uma dimensão de 3.301 organizações representadas, existe para a consecução dos trabalhos a participação 143.579 pessoas engajadas. Desse total 61% são voluntários, ou seja, prestam seus serviços sem uma contrapartida pecuniária (na maioria dos casos), ou mesmo, sem vínculo empregatício, 30% são funcionários da entidade com vínculo empregatício, 4% desses são prestadores de serviços, 3% são comissionados e 1% está ligado à entidade através de estágio.

Diante disso nota-se a relevância do Terceiro Setor no que se refere à criação de oportunidades e de qualificação profissional para os interessados.

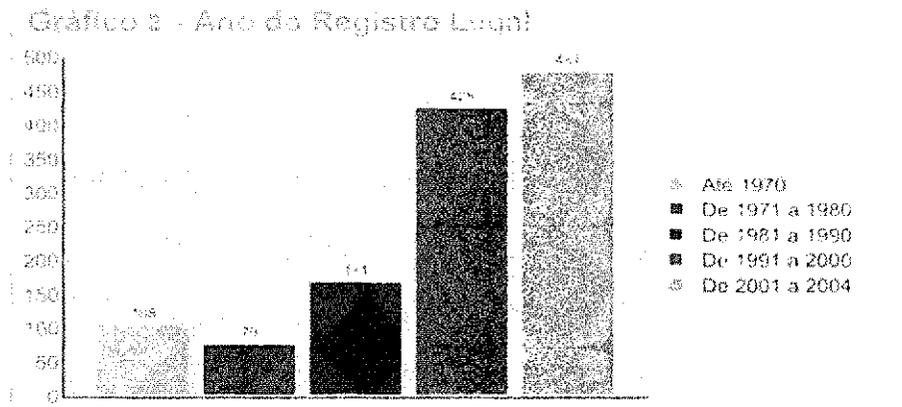
A caracterização do Terceiro Setor no Brasil, segundo Albuquerque (2006 apud Alves Júnior 2008, p.21-22), tem sua trajetória histórico abreviado nos tópicos a seguir:

- A partir de 1910 – intervenção do Estado na gestão administrativa e no financiamento das organizações assistenciais e filantrópicas, passando a exigir prestações de contas das organizações, submetendo-as a um controle mais rígido sobre a administração;
- Entre 1920 e 1930 – início da fase de industrialização e da crescente urbanização, que se intensificou, alterando o panorama brasileiro, ampliando, assim, a massa dos operários gerados pelo crescimento das cidades e dos problemas sociais;
- Entre 1930 e 1970 – surgimento dos sindicatos e associações profissionais, que vinculavam o setor privado às práticas de assistência e auxílio mútuo para imigrantes, operários, empregados do comércio, de serviços e funcionários públicos;
- Década de 70 – fundação de inúmeras organizações de defesa dos direitos políticos, civis e humanos, ameaçados pelos longos períodos de Ditadura Militar na América Latina e no Brasil, surgindo nesse momento o termo ONG(organização não governamental), defendido pelas organizações que autodenominaram-se “não-governamentais”, marcando uma postura de distinção quanto às ações governamentais, sendo o termo atualmente disseminado e utilizado para designar qualquer tipo de organização sem fins lucrativos. Nessa época as ONGs configuraram um novo modelo de organização e de gerenciamento de recursos;
- Década de 80 – abertura política e econômica de países do leste europeu e crises sociais no continente Africano, levando as fundações internacionais e órgãos de cooperação a redirecionar parte de seus recursos para financiar programas de desenvolvimento naquelas regiões, conseqüentemente, os recursos governamentais tornaram-se mais escassos;
- Década de 90 – conformação do Terceiro Setor no Brasil, constituindo-se como um segmento com características e lógica diferentes, marcando os rumos das organizações sem fins lucrativos no país. Também nessa década, destaca-se o crescente engajamento do setor privado nas questões sociais, quando as empresas brasileiras e multinacionais iniciaram um processo de atuação na área social, obtendo melhoria nos resultados sociais, daí passando a constituir suas próprias fundações empresariais, como, por exemplo, a Fundação Odebrecht, a Fundação Educar e a Fundação O Boticário.

O transcorrer histórico do Terceiro Setor no Brasil desde 1930 até hoje foi induzido por movimentos sociais, a princípio, interligados diretamente com o setor privado em atendimento a uma real necessidade daqueles carentes de assistência e posteriormente como símbolo de luta contra os malfeitos e conseqüências da Ditadura Militar.

Hoje as entidades do Terceiro Setor estão solidificadas no Brasil, infelizmente conta ainda com uma pequena parcela de apoio por parte das empresas privadas para o incentivo e criação de trabalhos sociais que beneficiem a sociedade, a economia do país e a própria empresa que mostra está cumprindo com sua função social, mas cresce aceleradamente desde a década de 80.

O gráfico 2 demonstra claramente a evolução do Terceiro Setor a partir do anos 80:



Fonte: Adaptado Mapa do Terceiro Setor- 2005

Percebe que os maiores índices de criação de entidades sociais no Brasil estão representados entre a década de 80 e 2000 sendo que a primeira apresentou 428 entidades criadas enquanto a segunda teve um acréscimo significativo no surgimento de empresas com esse caráter com a representação de 481 entidades entre os anos de 2001 e 2004.

Diante disso, observa-se a influencia desse novo setor na economia brasileira, uma vez que para a consolidação dessas entidades são transferidos bilhões de reais dos cofres públicos, em detrimento da realização das funções sociais. Por sua vez, constata-se que é imprescindível que exista fortes instrumentos de controles dessas doações no que se refere à transparência das informações contábeis objetivando evitar sonegação e a corrupção nessas entidades.

3.3 Desafios ao Desenvolvimento ao Terceiro Setor

O Terceiro Setor que antes surge para a reparação de problemas momentâneos da sociedade em socorro à incapacidade estatal, hoje, ele busca a transformação da sociedade de forma permanente. Mesmo com tal finalidade, essas entidades enfrentam grandes e numerosos desafios. Embora, hoje, ele seja um dos setores econômicos com grande representação pela maneira com que influencia a economia e o social e que cresce de forma acelerada desde a sua aparição.

Diante disso Salamon (1997, p. 102-109) mostra quatro fatores de relevância acentuada que as entidades de Terceiro Setor enfrentam para seu desenvolvimento:

Desafio da legitimidade:

O Terceiro Setor é um influenciador positivo na economia, o que se percebe é que existe ainda uma lacuna, ou mesmo, mais especificadamente a ausência de uma legislação própria que guie essas entidades e conseqüentemente inexistente a obrigatoriedade da prestação de contas bem como uma fiscalização acentuada para verificar tais atos, sendo assim Salamon (1997) complementa ainda afirmando que:

A ausência de informação disponível sobre o Terceiro Setor tem feito com que haja uma grande falta de consciência a seu respeito. Isso porque ele é, sistematicamente, ignorado nas estatísticas econômicas; poucas vezes referenciado nos debates políticos e nos meios de comunicação; além de não ter ainda despertado o interesse do meio acadêmico de forma a incentivar o desenvolvimento maciço de pesquisas.

A omissão desses fatores faz com que empresas do Terceiro Setor distanciem-se da realidade e tornem-se pouco conhecidas dificultando negativamente a realização de seu propósito.

Desafio da eficiência:

Segundo Salamon (2007), trata-se a eficiência, da necessidade de o setor demonstrar sua capacidade e competência em um ambiente em que crescem as pressões para aperfeiçoar o sistema de administração, desempenho, controle institucional

As entidades do Terceiro Setor com seu propósito formado devem além de informar os meios que usam para a realização do trabalho, demonstrar de que maneira e os benefícios são trazidos para a comunidade com a realização dos mesmos.

Desafio da colaboração:

Um dos fatores determinantes para a dificuldade em encontrar colaboradores e parceiros é a ausência de conhecimento acerca dessa entidade no que se refere à idoneidade, a seus princípios morais. Acrescenta ainda Salamon:

Desenvolver a colaboração com o Estado que, além de importante fonte de financiamento, é um poderoso parceiro no desenvolvimento de projetos em conjunto, visando ao cumprimento das demandas da sociedade no âmbito social. O Terceiro Setor não nasceu com o objetivo de substituir o Estado. No Brasil, o mecanismo da publicação utilizado no âmbito da reforma do Estado é um exemplo da aproximação do Estado em relação ao Terceiro Setor com o objetivo de desenvolver projetos em conjunto.

A ausência de informação e o desconhecimento de propósitos visíveis à comunidade e aos futuros colaboradores influenciam de forma negativa para a conquista dos mesmos sejam eles o estatal ou o privado. A conquista da colaboração do Estado é relevante para o melhor desempenho dessas entidades uma vez que estas não substituem aquelas, apenas podem desempenhar trabalhos com os mesmos propósitos e com uma única finalidade que é o bem da coletividade. É importante ressaltar que além desses fatores elencados anteriormente, outro obstáculo encontrado para a conquista de doadores é a falta de incentivos fiscais por parte do governo uma vez que inexistem políticas que privilegiem as parcerias com as organizações do Terceiro Setor.

Desafio da sustentabilidade:

O termo sustentabilidade engloba vários fatores tais como o equilíbrio financeiro, o reconhecimento perante a sociedade, as pessoas envolvidas diretas ou indiretamente com as atividades da empresa, as atividades prestadas ao longo dos anos, a confiabilidade por parte dos colaboradores e da sociedade, a idoneidade da empresa entre outros fatores que se resumem como sendo fatores financeiros, materiais e humanos que são conquistados através da transparência nas informações de seus atos, que mostrem a sua responsabilidade e o seu comprometimento com a missão da mesma, para seus doadores, para o governo e para a comunidade em geral. Acrescenta ainda Salamon:

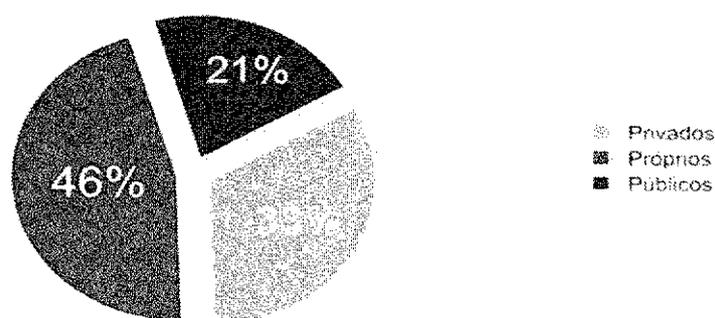
O problema da sustentabilidade abrange não só os aspectos financeiros, que têm trazido problemas de sobrevivência a esse grupo de entidades, mas também a sustentabilidade do capital humano, aqui caracterizado pelos profissionais que, muitas vezes, se afastam das entidades do Terceiro Setor, buscando a oportunidade de ocupar cargos públicos, ou mesmo compor o quadro de colaboradores de empresas que desenvolvem atividades sociais como forma de demonstrar sua responsabilidade social perante os *stakeholders* (público interessado).

No entanto, além do exposto acima podemos acrescentar que existem outros desafios a serem enfrentados pelas entidades do Terceiro Setor, para o seu desenvolvimento atrelado ao accountability, a qualidade nos serviços e a capacitação dos envolvidos nas ações a serem superadas.

3.4 Fontes de Captação de Recursos

As entidades do Terceiro Setor podem receber recursos provenientes da parceria com o Estado, entidades privadas nacional ou estrangeiras, doações, bem como através de recursos próprios da entidade dentre outras formas. O gráfico 3 demonstra a origem desses recursos:

Gráfico 3 - Origem dos Recursos



Fonte: Adaptado conforme o Mapa do Terceiro Setor - 2005

Nota-se que, dentre os incentivos das entidades do Terceiro Setor, um percentual de 46% são provenientes de recursos que a própria entidade dispõe ou adquire com a venda de seus produtos ou serviços, a participação estatal no engajamento dessas atividades são de 33% e a menor percentagem é relacionada com a participação das entidades privadas contando apenas com 21% de colaboração.

Esses incentivos são classificados como doações, contribuições ou subvenções e para atender o propósito deste trabalho, que é demonstrar a forma de captação de recursos e evidênciação contábil do CEMAR, reportamo-nos aos conceitos de cada uma delas:

3.4.1 Contribuições:

As contribuições podem ser definidas como sendo um bem (pecuniário) destinado a suprir determinada carência das entidades do Terceiro Setor proveniente da sociedade, empresas privadas ou pelo governo, esse incentivo ajuda a entidade na realização de atividades específicas. Seguindo este raciocínio Olak (1999, p.82) define as contribuições como sendo:

[...] recursos pecuniários oriundos de associados e outros indivíduos ou empresas que se comprometem, periodicamente, [...] contribuir com determinada quantia, pré-fixada ou não, para manutenção da entidade ou para execução de uma obra, um projeto ou atividade específicos.

As contribuições são efetuadas em caráter espontâneo ou não, os incentivos possuem vínculo com associações, empresas, governo ou pela sociedade em caráter individual, cuja participação colaborativa é destinada em benefício da própria entidade e tem por característica a regularidade dos incentivos através do comprometimento dos engajados. Vale salientar que as contribuições também são repassadas pelos entes públicos como salienta Zanluca (2004, p.22):

São transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por entes governamentais a autarquias e fundações e a entidades sem fins lucrativos, destinadas à aplicação em custeio e manutenção destas, sem contra partida direta do beneficiário, dos recursos em bens e serviços, ou destinadas por lei especial anterior, para o atendimento de investimentos ou inversões financeiras.

As contribuições provenientes dos entes estatais destinadas em benefícios da mesma são contabilizadas como receitas na empresa receptora, apesar de que não tenham a obrigatoriedade da contra partida direta nas aplicações dos seus bens ou serviços, ou seja, tais transferências emitidas para estas entidades não necessitam de uma prestação de contas de como foram aplicados os recursos e os mesmos podem ser aplicados em despesas correntes e de capital.

3.4.2 Subvenções

As despesas segundo a Lei nº 4.320/64 em seu artigo doze, são classificadas como despesas correntes e despesas de capital às subvenções, é uma tipologia das despesas de capital, destinadas a cobrir as despesas com o custeio da entidade. É caracterizada como subvenções sociais ou econômicas, a primeira destinada para entidades públicas ou

privadas, sem finalidade de lucro, enquanto a segunda, para instituições públicas ou privadas a exemplo de indústria, empresas, agronegócio cuja finalidade seja o lucro.

Quanto às subvenções, o CFC define como sendo:

Contribuições pecuniárias, previstas em lei orçamentária, concedidas por órgãos do setor público a entidades públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e custeio, com ou sem contraprestação de bens ou serviços pela entidade beneficiada. (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1)

Diferentemente das contribuições, as subvenções advindas dos entes públicos destinados para o cumprimento de custos de manutenção da entidade, sendo elas de caráter público (entidades sem fins lucrativos) ou privado, são concedidas mediante lei pré-estabelecida no orçamento (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) que as autorize, existindo ou não uma contra partida dos bens ou dos direitos.

Segundo a Lei nº 4.320/64 em seu artigo primeiro, a lei de orçamento deve ser anual e cumprir o princípio da universalidade de cobertura, ou seja, destinada para todo o cumprimento do disposto, ela deve elencar todas as despesas e receitas de maneira que evidencie o programa de trabalho do governo e a política econômica adotada.

3.4.3 Doações

São doações livres realizadas pelos parceiros, essas doações têm caráter definitivo e não possuem uma contra partida dos destinos dos bens e serviços.

As doações foram definidas pelo CFC (2003) ratificando o exposto acima como sendo "transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contra partida do beneficiário dos recursos".

Os destinos oriundos das doações são para diversos setores da entidade e podem ser doados em espécie ou não inexistindo a obrigatoriedade da contraprestação.

O quadro 2 define com maior clareza o que foi exposto anteriormente na classificação das subvenções, contribuições e doações:

Quadro 2

Contribuições, auxílios e doações na entidade recebedora

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	FINALIDADE	CLASSIFICAÇÃO NA ENTIDADE RECEBEDORA
Subvenção com ou sem contraprestação direta de bens ou serviços	-	Receita
Contribuição com ou sem contraprestação direta de bens ou serviços	-	Receita
Auxílios ou contribuições	Despesas de Capital	Reserva de Capital (Patrimônio Social)
Doações financeiras	Para custeio	Receita
Doações	Para investimentos e imobilizações	Patrimônio Social

Fonte: Adaptada de acordo com o CFC (BRASIL, NBC T 10.16)

Pode-se observar que as subvenções, as contribuições e as doações financeiras são classificadas como receitas nas entidades recebedoras, enquanto os auxílios ou contribuições cuja finalidade seja para suprir despesas de capital têm sua classificação alterada para a conta de reserva de capital no patrimônio social, já as doações cuja destinação seja para investimentos e imobilizações são lançadas também no patrimônio social.

4 A IMPORTÂNCIA DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL PARA O TERCEIRO SETOR

4.1 - Disclosure contábil

A evidenciação contábil (disclosure) proporciona os gestores o acesso a informações confiáveis, de fácil compreensão e completa acerca da entidade, sob as quais deve-se disponibilizar informações pertinentes aos resultados financeiros e ao bom ou mau desempenho da mesma, através de dados quantitativos e qualitativos que assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Dessa maneira, Niyama e Gomes (1996, p.65) definem o disclosure assim sendo:

[...] Diz respeito à qualidade de informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários as demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem, na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Por sua vez, tratar as informações com clareza caracteriza-se como objetivo da contabilidade, mas é importante ressaltar de que maneira essas informações terão que chegar ao seu destinatário, garantindo possuir a qualidade suficiente para auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Observa-se que, os demonstrativos contábeis em sua grande maioria são destinados a entidades cuja finalidade seja o lucro. No entanto, demonstrar a capacidade financeira em entidades sem fins lucrativos é relevante e deve ser feita pelo fato de não apenas serem evidenciados os destinos da captação de recursos, mas também, objetivando um incentivo maior por parte da comunidade e dos interessados a investir como doadores, bem como serem vistas como uma entidade confiável. Iudícibus (2000, p.121) enriquece este pensamento afirmando que o propósito da evidenciação:

[...] É um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

A contabilidade propicia bases firmes para o progresso de empresas sejam elas pertencentes a qualquer setor, seu compromisso volta-se a comprovar através de números a situação financeira da mesma com a maior precisão; essas informações devem ser objetivas, claras e com qualidade. Para as entidades do Terceiro Setor, é indispensável o uso de tais informações, uma vez que, diante dos desafios a serem superados por estas entidades no que se refere a sua sustentabilidade e aquisição da confiabilidade por parte dos interessados, a comunidade em geral evidencia as informações de natureza contábil como ferramenta de transparência.

No que tange a gestão dessas entidades a contabilização deve ser utilizada para o gerenciamento dos recursos, para a tomada de decisão, e ser instrumento capaz de fornecer informações sobre as realizações da entidade para a sociedade, governo, e demais interessados, como também para os doadores que não são beneficiários dos serviços prestados demonstrando de forma clara a capacidade de gerenciamento de seus gestores.

4.2 Accountability

Trata-se da obrigatoriedade da elaboração e divulgação dos demonstrativos contábeis, cujo objetivo reporta para os princípios éticos dos profissionais contábeis. Tal procedimento ainda é obstáculo a ser vencido no Brasil diante da cultura social que não absorveu ainda os benefícios advindo da realização dessas práticas.

Para o Terceiro Setor o accountability é de acordo com Nakagawa (1993, p.17) "[...] a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder." Uma vez adquiridos os recursos da sociedade a entidade beneficiada tem o dever de prestar contas assim o accountability está interligado com o desenvolvimento dessas instituições sendo ferramenta relevante para a permanência das entidades beneficentes diante dos grandes desafios encontrados por elas.

É imprescindível para que se consume o propósito da evidenciação que nos reportemos a três quesitos de identificação da informação: a quem evidenciar, o que evidenciar e como evidenciar tais informações.

4.2.1 A Quem evidenciar?

Iudicibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 43), conceituam usuários como “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

Para os referidos autores, os usuários da informação são aqueles que tenham interesses no desempenho da entidade, que podem ser definidos como acionistas, credores, fornecedores, doadores, governo, sociedade, dentre outros. Diante disso, os usuários podem ser classificados ainda como internos ou externos, o primeiro refere-se aos que tem acesso direto na entidade, nas informações contábeis, por meio do trabalho ou da gestão da entidade, já aqueles são definidos como destinatários secundários legítimos para tomar conhecimento do que se trata os relatórios contábeis assim divulgados nos meios de comunicação. Pela diversidade de usuários existentes, a forma de contabilização não segue um único padrão, desafiando assim a contabilidade no que diz respeito ao atendimento das necessidades mescladas dos usuários.

A ciência contábil como as demais ciências vivem em constantes mudanças, característica essa que acrescenta ao profissional contábil a responsabilidade de enquadrar-se a esse meio e procurar aprimorar de tal forma, que possa suprir as suas necessidades com propósitos e visões diversificadas e cada vez mais exigentes. A forma que essas informações chegarão ao destinatário final deve ser objetiva, concisa e clara, justificadas em notas e com o máximo de informação que possa facilitar a compreensão por parte daqueles que a recebe.

A evidenciação para a entidade do Terceiro Setor é de suma importância, uma vez que os investidores sociais por vezes não são beneficiados com os serviços prestados pela entidade. Esses demonstrativos, além de apresentar dados probabilísticos devem mostrar de forma concisa a qualidade do serviço prestado e de que maneira os recursos foram destinados e a conseqüente contra prestação. A evidenciação para a sociedade é importante para a boa aceitação da entidade, ou seja, ser reconhecida como uma empresa séria, comprometida com sua missão.

4.2.2 O que evidenciar?

Segundo o FASB (apud Alves, 2008) a informação deve ser "relevante, oportuna e compreensível. Também deve ser precisa, neutra e representativamente fiel".

A afirmação reflete que as informações a serem prestadas devem ser concisas com o objetivo da entidade bem como com a realidade da mesma para que o seu propósito seja alcançado. Assim (Yamamoto 2006, p.06) afirma:

"A informação contábil relaciona-se aos objetivos da contabilidade de mensurar o conjunto de eventos econômicos e comunicar os resultados das entidades as partes interessadas, constituindo um de seus produtos."

Iudícibus (2000, p.77) acrescenta que as informações contábeis devam possuir outras qualidades além dos relatórios, a exemplo, da confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade. Conceituando assim sendo:

A Confiabilidade é a qualidade (atributo) que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base para suas decisões.

A Comparabilidade deve poder propiciar ao usuário o discernimento entre entidades distintas.

A Compreensibilidade revela a qualidade da informação contábil, que deve ser exposta da forma mais compreensível possível, para que o usuário possa, efetivamente, entendê-la e utilizá-la de forma cabal nas tomadas de decisões.

Cabe ressaltar que não basta apenas evidenciar, mostrar, demonstrar as informações, paralelamente a esses atributos, é preciso que as informações sejam deliberadamente concisas e de qualidade, pois, a partir do demonstrado uma série de decisões serão definidas e o sucesso ou fracasso dessas entidades dependem desses fatores.

Para as entidades do Terceiro Setor é interessante proceder com a elaboração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit, o Balanço Social, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a demonstração das Mutações do Patrimônio Social que serão tratados detalhadamente mais adiante.

4.2.3 Como evidenciar?

As formas de evidenciar são várias e a maneira de se escolher o que vai demonstrar deve seguir os objetivos da entidade e os propósitos da mesma para que as informações sejam eficazes. Para que a informação seja completa é necessário que obtenha as informações principais provenientes de relatórios assim entendidos por Hendriksen e Breda (1999, p.524) como:

O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Lucro ou Prejuízos Acumulados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido adicionalmente a essas informações devem ser apresentados os relatórios, notas explicativas, comentários do auditor.

Nas entidades sem fins lucrativos a importância da divulgação com detalhamento pode ser vista positivamente, uma vez que os recursos podem ser mais bem empregados e torná-los públicos é imprescindível para a sustentabilidade da mesma. Diante disso, observa-se a obrigatoriedade na prestação de contas das entidades filantrópicas em alguns órgãos a exemplo da Receita Federal (declaração de informação da pessoa jurídica), evidenciando o Balanço Contábil e Patrimonial, as fontes de captação de recursos recebidos anualmente. Deve-se informar ao ministério do trabalho, a RAIS (relação anual de informações sociais), mostrando as informações e o perfil dos empregados. Goulart (Macaé, ano II, nº. 56, 2007). A evidenciação como ferramenta que liga as entidades do Terceiro Setor rumo à sustentabilidade deve ser tratada com mais seriedade por parte dos profissionais contábeis, uma vez que a precisão desses dados são de fundamental importância no processo de gerenciamento, no discernimento para a tomada de decisão, na apreciação por parte dos investidores e na conquista de novos colaboradores, ou mesmo, parceiros com interesse em investir na colaboração social.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades do Terceiro Setor tem suas estruturas estabelecidas por meio da Lei nº 6.404/76 e pela NBC T3 emitidas pelo CFC seguindo o mesmo padrão exigido para entidades de finalidade de lucro – referentes ao registro e NBCT 6- da divulgação das demonstrações, ou seja, seguem os mesmos princípios e formas de apresentação das demais entidades com a exceção da demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA), e com alteração de nomenclatura das contas.

O Brasil por não possuir demonstrações específicas que tratem de entidades sem fins lucrativos fica em desvantagens comparando-se aos Estados Unidos que possuem; elementos que contribuem para a transparência dos atos, a exigência na divulgação, o reconhecimento do setor pela sociedade e a colaboração acentuada de pessoas interessadas nessas práticas

O que se leva em consideração é o benefício que essa evidenciação oriunda das demonstrações podem trazer para a entidade, e a maneira que podemos distingui-la das demais existentes.

5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da entidade. (NBCT 3.2.1.1), complementa Paes (2000, p.273) conceituando que: “o balanço é a demonstração que encerra a seqüência dos procedimentos contábeis de um determinado exercício. Sendo assim, é peça da qual os usuários extraem informações sobre a situação patrimonial e financeira da entidade em um determinado momento”.

O balanço fornece dados de determinado período de tempo sobre a situação financeira da entidade possibilitando aos investidores, administradores, acionistas e demais interessados na informação um detalhamento da real situação da instituição. Pode-se dizer que o balanço patrimonial caracteriza-se com uma ferramenta indispensável para qualquer entidade, seja ela com finalidade de lucro ou não, e dentre todas as demonstrações a mais importante.

O balanço para entidades do Terceiro Setor segue, os mesmos preceitos das demais entidades garantia essa elencada na Lei nº 6.404/76 e com alguns ajustes definidos pela NBC, que tratam de assuntos específicos dessas entidades. Observa-se no tocante a conta patrimônio social, assim definido, não se leva em consideração o capital das entidades de Terceiro Setor, uma vez que, os recursos são adquiridos por doações ou por recursos próprios que devem ser revertidos em benefício da própria instituição, Observa-se também que o lucro é considerado superávit e o prejuízo, déficit.

Na estrutura do balanço divide-se em três grupos: o ativo, o passivo e o patrimônio social; no primeiro são elencadas as disponibilidades da companhia, no segundo são demonstrados as exigibilidades ou mesmo os compromissos reais da entidade para com terceiros e no patrimônio social é a subtração das disponibilidades assim compreendidas como os bens e direitos das obrigações, o resultado obteremos o superávit ou o déficit da mesma.

5.2 Demonstração do superávit ou Déficit

A demonstração do superávit ou déficit financeiro avalia o desempenho da entidade em termo numérico. Para as entidades do Terceiro Setor são relevantes por evidenciar a alocação dos recursos, os custos e as despesas incorridas em detrimento de determinadas atividades ou lapso de tempo. Percebe-se, no entanto que essa demonstração tem o caráter de avaliar o desempenho financeiro e de seus gestores como consequência real. Enquanto nas entidades de fins lucrativos vemos a parte que integra o capital de acionistas ou administradores interessados no bom resultado da mesma. Dessa maneira, (Cohen; Franco, 2004, p.181) caracterizam a diferença entre as formas de avaliação privada e social: "A principal diferença entre avaliação privada e social é que a primeira valoriza os custos e serviços a preço de mercado e a segunda usa preços sociais."

As entidades sem fins lucrativos não objetivam lucro como o próprio nome refere, no entanto, a divergência ocorrida entre suas DREs esta notadamente exposta nesse fato, ou seja, o resultado econômico é diferente, enquanto no Terceiro Setor temos os superávits e os déficits como alvos e é importante ressaltar que esse superávit não pode ser um montante exorbitante uma vez que isso revela que a entidade não esta cumprindo sua função para com a sociedade, diferentemente das entidades de fins lucrativos que tem o lucro ou o prejuízo acumulado como nomenclatura e quanto maior for o lucro melhor esta a situação da entidade.

Essa demonstração é importante para o Terceiro Setor porque através dela vamos identificar as verdadeiras ações dos gestores identificados nesses demonstrativos e a maneira que foi destinados os recursos recebidos.

5.3 Demonstração das Mutações do patrimônio social

DMPLS - como é chamado nessas organizações evidencia as doações e subvenções patrimoniais recebidos, o patrimônio social, os superávits ou déficits em fim todas mudanças ocorridas no patrimônio social.

Um demonstrativo que complementa as demais demonstrações e auxilia na compreensão das possíveis mudanças ocorridas no transcorrer do período base através balanço patrimonial e na demonstração do superávit ou déficit. Observa-se no entanto que a estrutura e nomenclatura no tocante dessa demonstração é alterada uma vez que a conta reservas não se fazem presentes por se tratar de entidades sem fins lucrativos na qual não há necessidade de reter os lucros, como foi dito anteriormente as entidades dessa natureza deve apresentar seus resultados pouco superior a zero o que significa que os recursos obtidos estão sendo devidamente aplicados em benefício da mesma.

5.4 Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Permite uma melhor visualização no fluxo financeiro e conseqüentemente um melhor planejamento financeiro por parte dos gestores, que necessitam acompanhar a entrada de novos recursos para garantir a continuidade institucional, ou seja, permite verificar o fluxo de ingresso e saídas de recursos.

Essa demonstração é significativa para as entidades de Terceiro Setor, uma vez que evidencia a proveniência dos recursos e a destinação das mesmas, minúcias estas que não estão vislumbradas no Balanço Patrimonial e são relevantes para os doares, colaboradores e parceiros dessas instituições tomarem conhecimento.

5.5 Notas Explicativas

Mais uma maneira de explicação, as notas explicativas tem o caráter de simplificar as demonstrações que, por sua vez, possuem dados não muito claros para todos os tipos de usuários.

Hendriksen; Breda (1999, p.525) conceituam as notas explicativa como sendo:

[...] notas explicativas [...] é um aprimoramento importante do processo de informação, pois tem resultado numa divulgação mais ampla de eventos e dados financeiros relevantes. [...] O objetivo de emprego de notas explicativas em demonstrações financeiras deve ser o fornecimento de informação que não pode ser apresentada adequadamente no corpo de uma demonstração sem reduzir a clareza da demonstração.

No entanto, as entidades sem fins lucrativos devem complementar suas demonstrações contábeis com notas explicativas, visando apresentar maiores esclarecimentos aos seus usuários.

5.6 Relatório da diretoria

Iudicibus (2000, p.120) relata que deve conter nos relatórios:

- 1) Situações não financeiras e sociais que de alguma forma, alteram o funcionamento da organização;
- 2) Planos e expectativas de natureza econômico-social, nos quais a entidade esta ou pretende se envolver;
- 3) Efeitos esperados ou ocasionados de captação de recursos e aplicações.

Os relatórios de caráter não financeiro evidenciam todas as informações por escrito, traçando o perfil da entidade e objetivando a sua perspectiva futura, ou seja, pode-se tratar como sendo um resumo dos atos e fatos da entidade claramente exposta nos demonstrativos.

Para as entidades de Terceiro Setor, que possui por missão a conquista da sustentabilidade é relevante sempre demonstrar a sociedade e os seus parceiros, doadores o máximo de transparência possível nos atos das suas demonstrações, os relatórios funcionam como mais uma modalidade que visa a elucidação dos demonstrativos e uma tentativa de esclarecer as informações aos mais diversos usuários da informação.

5.7 Balanço Social

Define Tinoco (2001, p.29), "o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários, entre eles os funcionários."

Notadamente o Balanço Social caracteriza-se como a maneira mais objetiva de prestação de contas para a comunidade, governo e seus funcionários, pois nesse demonstrativo além dos numerários expostos estão inseridas em sua base a preocupação da entidade no que se refere ao cumprimento de sua responsabilidade social para os interessados. Complementando este pensamento Tinoco (2001, p. 116) define a responsabilidade social como sendo:

A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advém da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade.

A responsabilidade social, requer a prestação correta das informações para aqueles ligados as atividades da entidade, a exemplo de gestores e funcionários, para a sociedade e incluídas ainda a prestação de contas por parte dos órgãos do governo, e atuante na realização dos propósitos da entidade em atendimento as reais necessidades da comunidade faz-se necessário.

Em atendimento a realização da responsabilidade social, o Balanço Social para entidades do Terceiro Setor e outras entidades não é obrigatório perante a lei, porém, sendo publicado pela entidade, deverá expor anualmente as realizações da entidade, por meio de dados quantitativos, em face do cumprimento de suas funções sociais. Portanto, pode-se afirmar que se trata de um instrumento contábil, mas utilizado como interceptor entre a sociedade, funcionários e a empresa, claramente evidenciado cujo dever ético da entidade volta-se ao cumprimento das suas responsabilidades.

O Balanço Social nos países que alcançaram certo nível de desenvolvimento econômico, cultural e social já é consolidado e aplicado por quase todas as organizações como meio de auxiliar a gestão das atividades e instrumento de base para a captação de informações relevantes. Percebe-se que o Balanço Social como o Balanço Patrimonial possuem ferramentas que são indispensáveis para a realização de uma boa gestão, sendo que o

primeiro aglomera além das informações quantitativas as atividades realizadas e os méritos advindos dessas práticas, enquanto que o segundo oferece base numérica referente a bens, direitos e obrigações dessas entidades.

Para tanto, Tinoco (2001, p.64) enfatiza o Balanço Social afirmando que:

“Reúne todos os relatórios contábeis tradicionais, desde o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultado até o Relatório de Administração, sendo capaz de permitir uma análise do desempenho econômico e social das organizações.”

O referido demonstrativo apresenta informações acentuadas sobre o resultado social e ambiental, sobre as doações, os investimentos, os projetos, contudo resume-se ao detalhamento da missão da empresa e seu cumprimento perante a sociedade e seus colaboradores.

No entanto, o Balanço Social nas entidades do Terceiro Setor caracteriza-se como um instrumento apto a dispor da sociedade e as suas realizações comprovam a existência da ética e da responsabilidade em seus trabalhos. Em se tratando de gestão, o Balanço Social caracteriza-se como uma ferramenta que auxilia positivamente a aplicação e destinação de recursos advindos de seus colaboradores.

6 ESTUDO DE CASO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL “MARGARIDA PEREIRA DA SILVA”

A proposta da presente pesquisa é comprovar a relevância da evidencição contábil para entidades sem fins lucrativos, ou mesmo, entidades pertencentes ao Terceiro Setor. Para isso, foi executada uma pesquisa na entidade CEMAR, tendo como um dos objetivos identificar se o processo de evidencição contábil contribui no processo de gestão, por sua vez, fez-se necessário aplicar uma entrevista junto a diretoria da entidade, um questionário junto ao contabilista responsável pela elaboração das demonstrações contábeis.

6.1 Caracterização da Entidade

Segundo a diretoria da entidade, o Centro de Educação integral “Margarida pereira da silva” - CEMAR, com vinte e dois anos de atuação (22), surgiu em meados 1977 com a iniciativa de alguns brasileiros e alemães que residiam em Pombal. A princípio funcionava como uma creche denominada de Pequeno príncipe, atendendo de início, a trinta e cinco (35) crianças carentes e passando a atender posteriormente 144 crianças de 0 a 7 anos de idade. Por conseguinte, a instituição passou a atender, além das crianças, jovens e adolescentes, contando com o apoio de colaboradores a exemplo de professores, estudantes, jornalistas, trabalhadoras do lar e assim fundaram o Clube do Menor Trabalhador- CMT.

Desde 2002 o CMT passou a se chamar de Centro de Educação Integral “Margarida Pereira da Silva” (CEMAR) atendendo trezentas (300) crianças e adolescentes, realizando os mais diversos trabalhos e oferecendo a população mais carente da região de acordo com sua missão proposta a oportunidade de qualificação objetivando a essas crianças serem formadores da sua própria história.

Como característica de entidade filantrópica o CEMAR depende de recursos advindos de terceiros para a conquista de seus propósitos, ou seja, para a realização de sua missão que se estende em torno da cidade de Pomba - PB mais especificadamente voltado a atender a criança e ao adolescente carente.

Hoje a instituição conta com parcerias de três entidades alemãs de significativa importância para o seu desenvolvimento, haja vista que a mesma possui incentivo por parte do governo, mas não contado em espécie, tal benefício é destinado para as despesas fixas da entidade.

6.2 - Missão do CEMAR

De acordo com a diretoria da entidade, o CEMAR tem por objetivo influenciar na construção e promoção de atividades voltadas as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias facilitando a conquista e exercício se sua cidadania. Esse propósito é ratificado pela entidade, através dos projetos executados pela mesma, a exemplo de oficinas de percussão, dança, complementação escolar, acesso aos conhecimentos básicos de informática e teatro.

Nesse sentido, ainda proporciona a comunidade programas de formação de educadores, qualificação social e profissional e intervenção em políticas públicas.

6.3 Os Mecanismos de Captação de Recursos

Segundo informações da diretoria, o CEMAR não dispõe de muitas fontes de captação de recursos, contando apenas com três colaboradores franceses fixos (ESSOR, KNK sediado em Recife-PE, AKTIONS GRUPPE). As contribuições da entidade são divididas no plano operacional da mesma, sendo fornecidas apenas pelos três colaboradores acima descritos, vale salientar que a entidade não dispõem de colaboradores (pessoas físicas), e nenhum incentivo, além dos disponíveis, para a promoção dos cursos de capacitação profissional, fato este que certamente influencia no crescimento da mesma. O quadro 3 demonstra a forma de captação de recursos da referida entidade:

Quadro 3
Captação de Recursos do CEMAR

COLABORADORES	DESTINAÇÃO	PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO
ESSOR	Acompanhamento familiar e comunitário, articulação política	Trimestralmente
KNK	Programação com esporte, lazer, voltado para público juvenil	Trimestralmente
AKTIONS GRUPPE	Complementação escolar, informática	Trimestralmente
GOVERNO	Para custeio: água, luz, telefone	Mensalmente

Fonte: adaptado conforme informações do CEMAR

De acordo com o quadro 3, os recursos são disponibilizados a entidade de forma ordenada e trimestralmente, sendo distribuídos através do plano operacional da entidade, ou seja, são aplicados na complementação escolar mais informática, programação com esporte, cultura e lazer, voltados ao público juvenil, acompanhamento familiar e comunitário, bem como articulação política.

O responsável acrescentou ainda que a colaboração do governo trata dos custos fixos assim definidos como despesas com água, luz, telefone e esses valores não são repassados a entidade em espécie, sendo as contas destinadas ao governo e quitadas pelo mesmo.

As contribuições da entidade são divididas no plano operacional da mesma, sendo fornecidas apenas pelos três colaboradores acima descritos, vale salientar que a entidade não dispõe de colaboradores (pessoas físicas), e nenhum incentivo, além dos disponíveis, para a promoção dos cursos de capacitação profissional, fato este que certamente influencia no crescimento da mesma.

Quando indagado a respeito das informações contábeis que o mesmo utiliza como auxílio na gestão, o entrevistado afirmou só ter acesso ao balanço patrimonial e que as informações são de difícil compreensão.

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo importante no processo de gerenciamento de qualquer entidade, visto que, evidencia a situação da entidade. Porém é interessante, que

as entidades, complementem seus demonstrativos com a utilização de notas explicativas, por exemplo, e no caso da referida entidade o acréscimo da Demonstração do Fluxo de Caixa, objetivando o controle do fluxo financeiro, além do Balanço Social um demonstrativo relevante para evidenciar com transparência as informações econômicas e o desempenho da entidade para os interessados.

O pesquisado acrescentou ainda, surgem dúvidas quanto ao procedimento adequado para utilização desses dados e ao procurar orientação recebe informações pouco esclarecedoras, além de acrescentar que as mesmas informações deixam muito a desejar e apesar disso, o entrevistado confirma que as utiliza para o gerenciamento das atividades contrariando totalmente as suas respostas.

No que se refere à prestação de contas, são emitidas mensalmente para os seus colaboradores através de e-mail, as demonstrações contábeis da entidade, que incluem, o Balanço Patrimonial, os relatórios demonstrando o desenvolvimento social, a inclusão social, a geração de emprego e renda através de dados quantitativos e qualitativos. Cabe ressaltar que inexistente na empresa outro meio de comunicação que deixe os demais interessados a par dos atos da mesma, inclusive a comunidade.

O pesquisado, ainda confirmou que, não acredita que uma maior transparência nas demonstrações contábeis possam influenciar positivamente a entidade, no que se refere, à conquista de mais colaboradores, a exemplo das entidades privadas locais ou estaduais e com os governos (Federal, Estadual e Municipal), doadores (pessoa físicas) e a aceitação da comunidade pombalense. Justificando a resposta, o mesmo acrescentou que a política local influencia negativamente as práticas sociais uma vez que a mesma não está voltada para a questão social e requer uma contra partida pelo apoio dado.

Em todo o mundo hoje há discussões sobre a transparência nas informações contábeis das entidades, no entanto, a prestação de contas em ONGs, mais especificadamente a entidades filantrópicas, é obrigatória em alguns órgãos, é importante prestar contas dos resultados, mediante a responsabilidade da entidade. A transparência para estas entidades é relevante porque através dela é possível adquirir sustentabilidade e desenvolvimento e confiabilidade, por meio da conquista de interessados a colaborar.

6.4 As Formas de Evidenciação contábil do CEMAR

Tratando-se do disclosure contábil no qual refere-se este estudo, é importante ressaltar, a princípio, que a entidade não dispõe de um instrumento de comunicação, tal como, um site da entidade ou jornal da mesma, dispondo sobre as prática de seus atos à comunidade e demais interessados. Com relação à prestação de contas aos colaboradores, são emitidas mensalmente as informações contábeis via e-mail. Tal fato é visto pela entidade, como não influenciador da sua sustentabilidade, ou mesmo, do crescimento e aquisição de novos doadores (pessoas interessadas a investir), uma vez que existem poucas exigências fiscais por parte dos órgãos regulamentadores e até mesmo pelos colaboradores ou parceiros da entidade na prestação de contas.

A transparência nas informações dos demonstrativos contábeis é imprescindível a qualquer instituição independente da sua finalidade, visto que, esse instrumento retrata a preocupação da entidade em elucidar a prática de seus atos. Vale salientar que, em contrapartida, que o disclosure contábil, em entidades sem fins lucrativos traz benefícios para as mesmas, uma vez que, os interessados tomarão conhecimento do trabalho realizado pela instituição.

A contabilidade é realizada em um escritório contábil na cidade de Pombal / PB, e a mesma, realizam esses procedimentos há aproximadamente dez (10) anos. Segundo o contabilista responsável, os demonstrativos contábeis elaborados pela entidade são o: Balanço Patrimonial, Demonstrações das mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração do Superávit ou Déficit e as Notas Explicativas, que segundo o contabilista, estão plenamente de acordo com o especificado na Lei nº 6.404/76 e pela NBC T3 que trata das demonstrações contábeis. Já em se tratando das demonstrações não obrigatórias a exemplo da Demonstração do Fluxo de Caixa e o Balanço Social, a entidade não as dispõe, que segundo o contabilista, tem postura indiferente com relação às mesmas.

Vale salientar que, tais demonstrações são de suma importância para o gerenciamento da entidade, uma vez que a Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia as entradas e saídas dos recursos obtidos e o Balanço Social presta contas a comunidade e interessados, incluindo a sociedade e funcionários, acerca do trabalho que está sendo desenvolvido e a maneira como os recursos são utilizados, demonstrando o seu comprometimento ético e social diante da sua responsabilidade.

O contabilista responsável considera importante a entidade informar como foram utilizados os recursos e de onde provieram e a forma como isso afeta a liquidez, embora essa atitude não esteja condizente com a realidade da entidade.

A informação é benéfica para o desenvolvimento da entidade, visto que, esse ato proporciona a eficiência do gerenciamento, a disposição desses atos para a comunidade e demais interessados induz a aquisição de novos colaboradores e o reconhecimento da relevância da mesma para o desenvolvimento social, econômico, financeiro de Pombal.

O mesmo considera relevante a inclusão das interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações para os gestores da organização e para a comunidade, principalmente no que se refere à organização e suas realizações, identificando as transações, os eventos e as circunstâncias que venham a afetar a organização, estando em discrepância com o disponibilizado pela empresa.

As demonstrações contábeis normalmente são complexas, em virtude a esse fato, é interessante anexar ao corpo das mesmas, explicações e interpretações que auxiliem os interessados alcançar seu objetivo. É relevante para o gerenciamento da empresa a interpretação dos dados contábeis, uma vez que, estará disposta nos mesmos a situação da empresa e deles pode-se tomar decisões.

No entanto, o contabilista concorda que a entidade deve informar os usuários acerca dos trabalhos dos gestores e de sua capacidade em gerir os recursos, já que o indicativo de lucro inexistente em entidades dessa natureza. Posteriormente, contrariando o disposto acima, o contabilista afirma que pouco concorda que os procedimentos sejam informados como meio de medir a eficiência de seus gestores, isso porque como os colaboradores não sendo beneficiados com os serviços, pouco conhecem de fato o real trabalho da entidade exceto pelos demonstrativos contábeis meramente quantitativos.

O disclosure contábil, a destinação dos recursos, os empreendimentos adotados pela entidade são forma de deixar a comunidades e demais interessados a par dos acontecimentos da entidade. Um processo produtivo que se deve levar em consideração por tratar de transparência nos atos.

O mesmo pouco concorda que se devem incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos de serviço e de que maneira os recursos são distribuídos aos programas e serviços postos a disposição. Com relação à evidenciação do fluxo de recursos como instrumento da continuidade e de cumprir suas obrigações é considerado muito importante.

As informações com um detalhamento maior, que possuam além do caráter quantitativo, contemplar elementos qualitativos sobre essas informações, através do da exposição de tais atos para que a comunidade e os demais interessados possam tomar conhecimento do trabalho realizado, dos benefícios conseguidos e, da idoneidade da entidade é relevante. Em se tratando dos demonstrativos, os mesmos devem conter informações que transformem-se em atos eficientes e eficazes nos trabalhos, para que possam ser utilizados no processo de gestão da entidade, com o intuito de auxiliar no gerenciamento dos recursos e atividades a serem desenvolvidas pela mesma.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, um dos maiores desafios encontrados na atualidade por entidades do Terceiro Setor, se dá quanto à sustentabilidade das mesmas no decorrer dos anos e o seu desenvolvimento. Esse objetivo é complexo para essas entidades, um dos indicadores para que isso ocorra, é a ausência de transparência das informações contábeis dessas instituições.

O estudo procurou mostrar, a importância de evidenciar para o processo de gestão das entidades dessa natureza, uma vez que o propósito da contabilidade enquanto ciência é fornecer os subsídios necessários para tomar decisões acertadas com o menor grau de erro possível, conceito este destinado a entidades com ou sem fins lucrativos.

Um dos fatores decisivos para a aceitação das entidades do Terceiro Setor se dá em virtude da forma como suas ações são efetuadas e a maneira que a comunidade e seus investidores sociais pode tomar conhecimento desses fatos com a clareza necessária para o entendimento. Dessa maneira ao respondermos os quesitos: a quem, o que e como evidenciar, chega-se à conclusão que tais informações devem ser acessíveis para os mais diversos tipos de usuários.

Observa-se que, o CEMAR é uma entidade que as demonstrações contábeis são elaboradas conforme determine a lei, porém nem todas as informações são completas no sentido da ausência de instrumentos qualitativos, e uma maior divulgação desses atos em meios de comunicação, para que a sociedade tome conhecimento do trabalho realizado, as formas de destino dos recursos adquiridos, a maneira como os trabalhos são desempenhados, bem como o número de beneficiados com o seu trabalho. Os reflexos são sentidos pela entidade, mas não amadurecidos, ou seja, a entidade com vinte e dois anos de atuação possui um número reduzido de colaboradores o que certamente influencia em seu desenvolvimento, uma vez que os recursos são limitados. Não existem parcerias com os governos: Federal, Estadual ou Municipal e verifica-se a inexistência de colaboração por parte da própria comunidade.

Portanto, constatou-se que o nível de evidenciação contábil do CEMAR ainda é pequeno, não auxiliando no processo de gestão. Nesse sentido, verifica-se que as informações contábeis estão apenas sendo elaboradas, porém, não desempenham o papel mais relevante, que é auxiliar os gestores em suas decisões, contribuindo para que essa entidade possa se desenvolver.

Para tanto, é necessário que haja por parte dos gestores da entidade estudada, uma maior compreensão das informações contidas nos demonstrativos contábeis, e assim aplicá-los de maneira eficiente e eficaz em seu processo de gestão.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, A.C. Carneiro de. **Terceiro Setor História e gestão de organizações**. São Paulo, Summus, 2006 – Sustentabilidade Na Gestão De Organizações Do Terceiro Setor. Um estudo dos empreendimentos sociais apoiados pela ASHOKA – Maiso Dias Alves Junior -2008.

ALVES JÚNIOR, Maiso Dias. **Sustentabilidade na gestão de Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo dos Empreendimentos Sociais Apoiados pela Ashoka/ Maiso Dias Alves Júnior- Ceará, 2008**. 240 F.. Dissertação (Mestrado), Universidade de Fortaleza, UNIFOR, 2008.

ALVES, Washington Onias. **Contabilidade Internacional: Um Estudo Comparativo do Balanço Patrimonial Segundo os Padrões Brasileiro e Internacional – 2008**. 90p. Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, Souza, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como Preparar Trabalho Para Curso de Pós- Graduação: Noções praticas**. 5 ed. São Paulo.

BETTIOL, Junior Alcides. **Formação e Destinação do Resultado em Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso**. São Paulo, 2005. 116p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da universidade de São Paulo.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: [HTTP/www.010.dataprev.gov.br](http://www.010.dataprev.gov.br). Acesso em: 27/11/2008.

CAPELLAZZI, Marcos. **Estudo do direito do Terceiro Setor**. Curso de capacitação em gestão do Terceiro Setor. Maringá: Fundacin, 2005.

CARDOSO, Klauber Guedes; LIMA, Márcio Jonilson Sousa de. **Classificação Contábil dos Convênios no Balanço Patrimonial das Entidades do Terceiro Setor**. Revista brasileira de contabilidade, Brasília. Ano 32, nº 139, pág. 33- 43, jan/Fev 2003.

COELHO, Simone De Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado entre o Brasil e os Estados Unidos**. 2º ed. São Paulo: SENAC:2002.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos Sociais**. 6º ed. Petrópolis: Vozes 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** Brasília 2003.

_____ **Princípios Fundamentais de Contabilidade:** CFC. Brasília, 2003.

CRUZ, Célia. **Ética e Transparência: duas Importantes Ferramentas na Captação de recursos.** Revista filantropia. São Paulo, Julho/Agosto 2002. Disponível em <http://www.idis.org.br/eticatranp.html>

FASB- **FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD.** Statement of financial accounting standards nº(117) (FAS 117): Connecticut, 1985. disponível no endereço <http://fasb.org>

FRANCO, Hilario. **A Contabilidade na era da Globalização.** São Paulo: Atlas 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4º edição. São Paulo

HENDRIKSEN, Edson S; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** 8º edição. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2000

_____ **Teoria da contabilidade.** 8º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____ MARTINS, Eliseu; GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.** FIECAFI. 5º ed. São Paulo. Atlas, 2000.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria: Conceitos, sistemas, implementações.** São Paulo: Atlas, 1993.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contribuição ao Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Evidenciação Contábil Aplicáveis as Demonstrações Financeiras de Bancos e Instituições Assemelhadas.** Anais do XV Congresso de Contabilidade. Brasília: CFC, 1996.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Bases para a Eficácia na Aplicação do contrato de Gestão nas organizações Sociais brasileiras.** 2000. 234. Tese (Doutorado em Controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, administração e contabilidade, universidade de São Paulo.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis e tributários**. 2ª edição, revista, ampliada e atualizada. Brasília: Brasília jurídica 2000.

_____, 3ª Ed. Ver, atualizada e ampliada. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

PEREIRA, Helda Kelly dos Santos. **Informações para Prestação de Contas e Análises de Desempenho em OSIPS que Operam com Microcrédito. Um estudo multicaso**, 2006. 180p. Universidade de Fortaleza – UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2006

PETERS, Marcos R. S. **Controladoria Internacional: Incluindo Sarbanes Oxley Act e USGAAP**. São Paulo: DVS, 2004.

PEYON, Luiz Francisco. **Gestão Contábil para O Terceiro Setor**. Freitas Bastos, 2004 Rio de Janeiro.

RAMOS, Luiz Carlos. **Em Busca das Origens do Terceiro Setor: Uma Avaliação Crítica da Literatura econômica sobre Organizações Não Lucrativas**, São Paulo 2003. 172 p. Dissertação (mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SALAMON, Lester M. ANHEIER; Helmeck. **Defining the Nonprofit sector- a cross- National analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e técnicas**. Florianópolis: Editora visual books, 2007.

SALAMON, L. **A Emergência do Terceiro Setor: Uma revolução Associativa Global**. Revista de administração de empresa. São Paulo: FGV, V33, n.1, Jan- Marc 1997.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo, Atlas 2001 – A importância do balanço social no Terceiro Setor. Terezinha de Cássia Alves paz; Robernei Aparecido de Lima.

VILANOVA, Regina Célia nascimento. **Contribuição a Elaboração de um Modelo de Apuração de Resultado aplicado as Organizações do Terceiro Setor: Uma abordagem da Gestão Econômica**. São Paulo, 2004 167p. Dissertação (mestrado), faculdade de economia, Administração e contabilidade da Universidade de São Paulo.

YAMAMOTO, Marina Mityo. **Informação Contábil: Um Estudo Sobre a Sua divulgação no Mercado de capitais**. São Paulo: atlas 2006.

ZANLUCA, Julio Cezar. **Contabilidade do Terceiro Setor**. Disponível em [HTTP://www.portaldacontabilidade.com.br](http://www.portaldacontabilidade.com.br).

Disponível no endereço: [HTTP//IBGE.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1](http://IBGE.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1). Acesso em 27/11/2008

Disponível no endereço: [HTTP//jornaldebate.com/56/dur.html](http://jornaldebate.com/56/dur.html). Acesso em: 01/12/2008

Disponível no endereço: [HTTP://mapadoterceirosetor.org.br](http://mapadoterceirosetor.org.br). Acesso em: 30/10/2008.

APÊNDICES

O presente questionário tem por objetivo suportar o conhecimento das formas de evidenciação contábil em entidades do Terceiro Setor, tendo como objeto de pesquisa "O Centro de Educação integral 'Margarida Pereira da Silva' (CEMAR)".

A pesquisa visa compor o trabalho de conclusão de curso- TCC da discente Gheysa Karelinne de Sousa Rocha da UFCG, sob orientação da docente Nadflânia Duarte Meira.

ROTEIRO DE ENTREVISTA: DESTINADO A DIRETORIA

Características do entrevistado:

A) Tempo de Existência da entidade?

B) Qual sua função na entidade?

C) Nível de escolaridade:

- () Fundamental completo
- () Fundamental Incompleto
- () Médio completo
- () Médio incompleto
- () Superior Completo
- () Superior incompleto

**O objetivo da contabilidade é: Fornecer informação útil para a tomada de decisão.
Com base nessa afirmação responda as questões abaixo:**

1 - As informações apresentadas nos relatórios contábeis são claras e objetivas o suficiente para a tomada de decisão? (proteção de dados)

Sim, são objetivas e claras

Não, deixam muito a desejar

2 - quais as informações contábeis mais utilizadas pela entidade?

3 - Qual o instrumento utilizado pelo CEMAR para divulgar seus demonstrativos para os colaboradores e a sociedade?

apresentamos os demonstrativos através do nosso site na internet

não dispomos de recurso para tal procedimento

enviamos mensalmente emails enfatizando a realidade da empresa para nossos colaboradores.

4 - A forma de captação de recursos do CEMAR é obtida através: (pode considerar mais de uma alternativa)

doação pelo governo Federal ou Estadual

doações feitas através de colaboradores

utilizamos recursos próprios (vendemos nosso produto ou serviço)

Outros

5 - existe algum critério a ser seguido pela entidade para captar recurso juntos aos colaboradores?

6 - quais as fontes de recursos financeiros da entidade, e como são aplicados junto à sociedade?

7 - As informações contidas nos demonstrativos contábeis são utilizadas no gerenciamento dos recursos captados?

8 - Quem são os mais beneficiados com o trabalho do CEMAR?

9 - Em sua opinião os profissionais contábeis estão devidamente capacitados e bem informados a respeito da contabilização de entidades sem fins lucrativos?

() Sim

1 protocolo de custo

() Não

10 - qual sua percepção da importância da divulgação das informações contábeis, ou seja, transparência das informações contábeis para o crescimento e a sustentabilidade institucional?

O presente questionário tem por objetivo suportar o conhecimento das formas de evidenciação contábil em entidades do Terceiro Setor, tendo como objeto de pesquisa o "Centro de Educação Integral "Margarida Pereira da Silva" (CEMAR)".

A pesquisa visa compor o trabalho de conclusão de curso- TCC da discente Gheysa Karelinne de Sousa Rocha da UFCG sob orientação da docente Nadflânia Duarte Meira.

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO CONTABILISTA

1 - Tempo que presta serviço a entidade?

() Até dez (10) anos

() Mais de dez (10) anos

2 - Essa Entidade Elabora Demonstrações Contábeis?

Sim ()

Não ()

3 - Quais as demonstrações contábeis elaboradas

() Balanço patrimonial

() Balanço social

() Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

() Demonstrações de origens e aplicações de recursos

Demonstrações do superávit ou déficit

Demonstração do valor adicional

Não elabora

4 - A quem atende as informações contábeis elaboradas

para a própria entidade que faz uso dessas demonstrações para sua gestão

a entidade, aos seus administradores e aos seus parceiros (doadores)

para a administração da entidade e toda comunidade usuária da informação contábil

outra _____

5 - Na estruturação das demonstrações contábeis da entidade, você preocupa-se em aplicar o princípio da transparência ou o disclosure?

sim, faço as demonstrações com base nesse princípio

não, sigo orientações dos administradores da entidade

6 - Com que frequência são preparadas as informações contábeis

Mensalmente

Trimestralmente

Semestralmente

Anualmente

Não existe regularidade na apresentação da informações contábeis.

7 - Caso não elabore as demonstrações contábeis, quais as formas de prestação de contas para com os colaboradores e a sociedade?

8 - Para quem a Entidade presta contas e que tipo de prestação de conta, baseada em Demonstrações Contábeis, elabora para cada um deles?

	BP	DRE	DOAR	DMPL	NE	BS	DVA	RAT	DFC	ORC
Governo										
Agências de Financiamento										
Doadores										
Comunidade										
Outros										

Balanço Patrimonial (BP) – Demonstração do Superávit ou Déficit do Período (DRE) – Demonstração das Origens e Aplicações de recursos (DOAR) – Relatório de Atividades (RAT) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Balanço Social (BS) – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPL) – Notas Explicativas (NE) – Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC – Orçamento (ORC)

9 - Informações Contábeis Estabelecidas pelo Fasb (*Financial Accounting Standard Board*) nº 4 para Entidades sem Fins Lucrativos:

Levando em conta o seu sentimento, responda as afirmativas abaixo de acordo com a escala a seguir:

DISCORDO			CONCORDO								
1	Discordo Totalmente	2	Discordo Muito	3	Discordo Pouco	4	Concordo Pouco	5	Concordo Muito	6	Concordo Totalmente

QUESTÕES	DISCORDO			CONCORDO		
	1	2	3	4	5	6
Deve fornecer informações sobre o ambiente, a natureza da atividade e outros assuntos que se relacionem.	<input type="checkbox"/>					
Informar acerca do trabalho de seus gestores e da sua capacidade de bem gerir os recursos postos à sua disposição, já que não existe o indicativo de lucratividade nessas entidades.	<input type="checkbox"/>					
Evidenciar o fluxo de recursos postos à sua disposição, visando a sua continuidade e capacidade de cumprir com suas obrigações;	<input type="checkbox"/>					
Informar sobre as realizações da entidade como meio de medir a eficiência de seus gestores, posto que os investidores não sendo beneficiários dos serviços e produtos por ela colocados não os conhecem a fundo, exceto por relatórios financeiros;	<input type="checkbox"/>					
Incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos de serviços e como os recursos são distribuídos aos mais diversos programas e serviços postos à disposição;	<input type="checkbox"/>					
Informar como as entidades utilizam os recursos e de onde os mesmos provêm, e como isso afeta sua liquidez;	<input type="checkbox"/>					
Incluir interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações, principalmente no que se refere à organização e suas realizações, identificando certas transações, eventos e circunstâncias que venham a afetar a organização.	<input type="checkbox"/>					

10 - Indique quais **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIAS** apresentadas abaixo a Organização utiliza para evidenciar as informações contábeis, indique também qual a importância destes Demonstrativos para a ENTIDADE (numa escala de 1 à 5).

Use a seguinte escala: 01 – Não é importante; 02 – Pouco importante; 03 – Indiferente; 04– Importante; 05 – Muito importante.

Demonstrações Contábeis	UTILIZA	GRAU DE IMPORTÂNCIA				
		01	02	03	04	05
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto ou Indireto)	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Balanço Social	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Valor Adicionado	Sim () Não ()	01	02	03	04	05

Demonstrações Contábeis Não Obrigatórias